



Sumário

Apresentação, xiii

1 Introdução, 1

- 1.1 Exemplo da origem histórica, 5
- Quadro comparativo, 6

2 Definição, 20

3 Organização Criminosa: Lavagem de Dinheiro, 25

4 Breve Histórico da Evolução do “Processo” Antilavagem de Dinheiro, 45

- 4.1 História dos paraísos fiscais e a criação de empresas fictícias, 45
 - 4.1.1 O sistema dos preços de transferência, 45
 - 4.1.2 O mercado dos eurodólares, 46
- 4.2 A efetividade da aplicação das legislações antilavagem de dinheiro, 47
- 4.3 A Convenção de Viena – 1988, 49
- 4.4 Declaração de Basileia (12 de dezembro de 1988), 50
- 4.5 OEA: regulamento modelo, 50
- 4.6 FATF (GAFI): 40 recomendações, 51
- 4.7 Criação do CFATF, 52
- 4.8 Criação do Grupo de Egmont, 53
- 4.9 As Diretivas da União Europeia, 54

5 Aspectos Penais, 60

- 5.1 Elementos caracterizadores do tipo penal (*a fattispecie*), 60

- 5.1.1 Plano da Derivação, 61
 - 5.1.1.1 Rol Taxativo, 62
 - 5.1.1.2 Rol Abrangente, 62
 - 5.1.1.3 Rol de extensão indefinida, 62
- 5.1.2 Plano do elemento objetivo, 63
 - 5.1.2.1 Pela caracterização real, 63
 - 5.1.2.2 Pela caracterização presumida, 64
- 5.1.3 Plano da lesividade da conduta, 66
 - 5.1.3.1 Conduta dissimulada, 66
 - 5.1.3.2 Conduta neutra, 67
- 5.1.4 Plano do elemento subjetivo, 67
- 5.2 Conceituação, 67
- 5.3 Bem jurídico protegido, 74
- 5.4 Sujeitos, 76
 - 5.4.1 Ativo, 76
 - 5.4.2 Passivo, 77
 - 5.4.3 Elemento subjetivo do tipo – dolo direto/eventual, 77
- 5.5 Consumação e tentativa, 82
- 5.6 Concurso de agentes, 83
- 5.7 Concurso material com o crime precedente, 84
- 5.8 Crime de lavagem de dinheiro com crime anterior prescrito, 88
- 5.9 Tipificação: análise estrutural do tipo, 90
 - 5.9.1 Dos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, 90
 - 5.9.2 *Caput*, 91
 - 5.9.3 Ocultação ou dissimulação de utilização de bens, direitos ou valores, 103
 - 5.9.4 Utilização de bens, direitos ou valores provenientes de crimes, 106
- 6 Lavagem, 108
 - 6.1 Categorias, 108
 - 6.1.1 Conversão em bens, 108
 - 6.1.2 Movimentação do dinheiro, 108
 - 6.2 Estágios, 109
 - 6.2.1 Colocação (*placement*), 109
 - 6.2.2 Ocultação, acomodação ou estratificação (*layering*), 111
 - 6.2.3 Integração (*integration*), 112
- 7 Técnicas mais Utilizadas, 115
 - 7.1 Estruturação (*smurfing*), 116
 - 7.2 Mescla (*commingling*), 117
 - 7.3 Empresa fachada, 122

- 7.4 Empresa fictícia, 123
- 7.5 Compra/venda de bens, 124
- 7.6 Contrabando de dinheiro, 125
- 7.7 Transferência de fundos, 126
- 7.8 Compra/troca de ativos ou instrumentos monetários, 131
- 7.9 Transferência de dinheiro para o exterior por “dólar-cabo” ou “euro-cabo”, 132
- 7.10 Venda fraudulenta de propriedade imobiliária, 138
- 7.11 Centros *off-shore*, 139
- 7.12 Bolsas de valores, 146
- 7.13 Companhias seguradoras, 149
- 7.14 Jogos e sorteios, 149
- 7.15 Outras operações comerciais, 150
- 7.16 Aquisição de antiguidades, objetos de arte, 151
- 7.17 Processo falso, 152
- 7.18 Empréstimo falso, 152
- 7.19 Restaurantes, *fasts-foods* e comércios de refeições, 152
- 7.20 Aplicação em mercados futuros, 153
- 7.21 Os fundos “Trusts”, 154
- 7.22 Atividade dos advogados e outros profissionais liberais, 155
- 7.23 Esquema de simulação de compra e venda de mercadorias com emissão de notas fiscais frias, 158
- 7.24 Contratação de empresa de prestação de serviços, 159

8 Mecanismos de controle, 161

- 8.1 Bancos, 167
- 8.2 Casas de câmbio, 171
- 8.3 Companhias de seguro, 172
- 8.4 Cassinos, 173
- 8.5 *Factorings* (empresas de fomento comercial), 174
- 8.6 Imobiliárias, 177
- 8.7 Joalherias e galerias de obras de arte, 178
- 8.8 Companhias de transportes, 179

9 Unidades de Inteligência Financeira (UNITs) ou *Financial Intelligence Units* (FIUs), 184

- 9.1 Conceito, 185
- 9.2 Relação com o Grupo de Egmont, 186
- 9.3 Características, 187
- 9.4 Intercâmbio de informações, 187
- 9.5 Planificação da ONU: Organização das Nações Unidas, 188
- 9.6 Principais recomendações, 189

10 Destaque a Aspectos Importantes da Lei nº 9.613/98, 193

- 10.1 Tipificação, 193
- 10.2 Natureza de crimes permanentes, 195
- 10.3 Lavagem de instrumentalização dos valores: diferenciação, 198
- 10.4 Crime praticado por organização criminosa, 199
- 10.5 Delação premiada, 204
- 10.6 Inaplicabilidade da suspensão do processo e do curso prescricional, 209
- 10.7 Concessão de liberdade provisória, 211
- 10.8 Medidas assecuratórias – apreensão e sequestro de bens com a inversão do ônus da prova, 213
- 10.9 Alienação antecipada dos bens, 221
- 10.10 Competência, 226
- 10.11 Instituição do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), 231
- 10.11 Requisição de dados pelo Ministério Público e/ou pela Polícia, 233
- 10.12 A possível participação de advogados nos crimes de lavagem de dinheiro, 233

11 A Denúncia Criminal: Descrição dos Fatos e Publicidade, 237

- 11.1 Denúncia pela caracterização real, 240
- 11.2 Denúncia pela caracterização Presumida, 241
- 11.3 Publicidade, 242

12 Operações Suspeitas, 243

- 12.1 Operações em dinheiro (espécie) ou em cheques de viagem (*traveller-checks*) que, por sua própria natureza, devem ser consideradas como operações suspeitas, 245
- 12.2 Situações relacionadas com a manutenção de contas-correntes, 246
- 12.3 Situações relacionadas com atividades internacionais, 248
- 12.4 Situações relacionadas com empregados das instituições e seus representantes, 249
- 12.5 Das operações suspeitas e correspondentes regras de procedimentos, 249
 - 12.5.1 Entidades que efetuem, direta ou indiretamente, distribuição de dinheiro ou quaisquer bens móveis ou imóveis, mediante sorteio ou método assemelhado, 253
 - 12.5.2 Procedimentos a serem observados pelas pessoas físicas ou jurídicas que comercializem joias, pedras e metais preciosos, 253
 - 12.5.3 Procedimentos que deveriam (eram) observados pelas pessoas jurídicas que exploravam jogos de bingo e/ou assemelhados. Procedimento pode ser utilizado pelas autoridades em relação a investigação de pessoas que declarem ganhos obtidos por meio de jogos no exterior, 254
 - 12.5.4 Procedimentos a serem observados pelas administradoras de cartões de credenciamento ou de cartões de crédito, 254
 - 12.5.5 Procedimentos a serem observados pelas Bolsas de Mercadorias e corretores que nelas atuam, 255

- 12.5.6 Procedimentos a serem observados pelas pessoas físicas ou jurídicas que comercializem objetos de arte e antiguidades, 256
- 12.5.7 Procedimentos a serem observados pelas pessoas jurídicas não financeiras prestadoras de serviços de transferência de numerário, 257
- 12.5.8 Procedimentos a serem observados pelas empresas de fomento comercial ou mercantil (*Factoring*), 258
- 12.5.9 Procedimentos a serem observados pelas pessoas jurídicas que exerçam atividades de promoção imobiliária ou compra e venda de imóveis, 259
- 12.5.10 Procedimentos a serem observados pelas pessoas físicas e jurídicas reguladas pelo COAF em decorrência do contido no § 1º do art. 14 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, relativamente a operações ou propostas de operações ligadas ao terrorismo ou seu financiamento, 260

13 Crimes Tributários: Precedentes do Delito de Lavagem de Dinheiro, 262

- 13.1 Organização Criminosa que pratica crimes fiscais, 271
- 13.2 Lavagem dos direitos obtidos a partir da falsificação documental para a extinção do crédito tributário, 272
- 13.3 Crime de evasão de divisas como antecedente de lavagem de dinheiro: impossibilidade, 273

14 Legislação estrangeira, 277

- 14.1 Alemanha (1974), 277
- 14.2 Austrália (1987), 279
- 14.3 Bélgica (1995), 280
- 14.4 Canadá (1989), 281
- 14.5 Colômbia (1997), 281
- 14.6 Estados Unidos (1986), 282
- 14.7 França (1992, 1996), 284
- 14.8 Itália (1993), 285
- 14.9 México (1997), 286
- 14.10 Portugal (1993), 287
- 14.11 Reino Unido (1986), 288
- 14.12 Suíça (1994), 290
- 14.13 Análise das leis estrangeiras, 291

Anexo I – Esquemas de Lavagem de Dinheiro, 293

Anexo II – Mapas dos Principais Paraísos Fiscais, 307

Anexo III – Legislação e Convenções, 315

- 1 Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (atualizada pela Lei nº 12.683/12), 317
- 2 Convenção de Viena, 332
- 3 Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, 343
- 4 Directiva 2001/97/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 4 de dezembro de 2001

que altera a Directiva 91/308/CEE do Conselho relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais, 371

- 5 Directiva 2005/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de outubro de 2005 relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo (texto relevante para efeitos do EEE), 381
- 6 Enccla 2010, 410

Anexo IV – Relações Diversas, 413

- 1 Relação do Grupo de Egmont, 415
- 2 Relação de autoridades administrativas obrigadas nos termos da Lei nº 9.613/98, 422
- 3 Relação de pessoas obrigadas nos termos do artigo 9º da Lei nº 9.613/98, 423
- 4 Relação de Paraísos Fiscais – referidos pela Receita Federal do Brasil, 425

Bibliografia, 427